

Acordo da dívida sai em um mês

Mas pagamento dos juros encontrou oposição de Celso Furtado

FRANCISCO GUALBERTO

O acordo com os credores em torno da dívida externa deverá ser assinado dentro de quatro semanas, conforme previsão do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega.

A informação foi dada pelo ministro da Fazenda durante a parte reservada da reunião ministerial, quando Mailson da Nóbrega e o ministro da Cultura, Celso Furtado, tiveram uma discussão sobre as consequências da ida do Brasil ao Fundo Monetário Internacional, passo que deverá ser dado tão logo seja assinado o acordo com os banqueiros. O ministro da Cultura questionou a posição do Governo, relatada pelo ministro da Fazenda, no sentido de que a ida ao fundo representaria a volta da política recessiva na economia. Para Celso Furtado o País deve se garantir quanto ao receituário ortodoxo do FMI, ao que Mailson da Nóbrega respondeu que a postura tanto do Fundo quanto dos banqueiros havia mudado em relação à situação econômica dos países em desenvolvimento.

O debate entre os dois, segundo um dos participantes da reunião, foi elegante, mesmo sendo o ministro Celso Furtado um dos membros do PMDB contrário a qualquer acordo com o Fundo Monetário. Celso Furtado levantou a questão dos 350 milhões de dólares pagos hoje pelo Brasil aos credores, observando que a decisão poderia comprometer as já baixas reservas cambiais. A resposta de

Mailson foi de que esse pagamento era apenas simbólico e representava mais um gesto de boa vontade para abreviar as conversações com os banqueiros e que, tecnicamente, não comprometia o nível das reservas. Embora tenha sido bastante didático e claro em suas respostas, tanto Mailson quanto Celso Furtado foram aparteados pelo presidente José Sarney por três vezes.

Ontem, no entanto, o ministro da Cultura absteve-se de julgar o procedimento do seu colega da pasta da Fazenda, mas revelou que, a partir das informações que recebeu durante a última reunião ministerial, saiu "convencido de que o Mailson da Nóbrega está empenhado em não voltar ao tipo de relacionamento com o Fundo que prevaleceu no passado".

O ministro da Fazenda explicou ainda que os termos das atuais negociações são idênticas tecnicamente às conduzidas pelos ex-ministros Dilson Funaro e Bresser Pereira. São diferentes apenas na forma, porque a posição atual é de que o Brasil poderá recorrer ao FMI mas desde que não tenha que abdicar dos dois objetivos principais fixados pelo Presidente, que são o desenvolvimento com melhor distribuição de renda.

O Palácio do Planalto espera que a suspensão da moratória facilite a obtenção de um acordo de médio prazo com os credores internacionais.



Mailson garante que o FMI e os bancos credores abandonaram receita ortodoxa